

A importância da educação prática para a formação do caráter moral em Kant

The importance of practical education for the building a moral character according to Kant
La importancia de la educación práctica para la construcción del carácter moral según Kant

Vinícius Elias Foderario*
Lourenço Zancanaro**

RESUMO: O presente texto examina a relevância da educação prática para formação do caráter moral em Kant. Na primeira parte, é apresentada, por meio de uma reconstrução analítica, a filosofia moral kantiana, ainda que apenas em aspectos gerais, a partir da obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Na segunda parte, ao apresentar a educação prática em Kant, busca-se demonstrar a importância do processo educacional para formação do caráter moral do ser humano, tal como desenvolvido em *Sobre a Pedagogia*, e como a educação está vinculada à moral kantiana. Propõe-se, assim, a partir da leitura dos textos kantianos, um caminho por meio da educação, pelo qual seja possível superar a atual crise de valores socialmente aceitos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Moral. Caráter.

ABSTRACT: This text examines the relevance the practical education for building moral character according to Kant. In the first part, the Kantian moral philosophy is presented through an analytical, although general, reconstruction from the work *Groundwork for the Metaphysics of Morals*. In the second part, while presenting practical education according to Kant, we try to demonstrate the importance the educational process has for building moral character in humans, as developed in *On Pedagogy*, and also how education links to Kantian moral. We thus propose from the reading of Kantian texts a way passing through education for making possible to surpass the current crisis of socially accepted values.

KEYWORDS: Education. Moral. Character.

RESUMEN: Este texto examina la importancia de la educación práctica para la construcción del carácter moral según Kant. En la primera parte, se presenta la filosofía moral kantiana con una reconstrucción analítica, aunque general, de la obra *Fundamentación de la metafísica de las costumbres*. En la segunda parte, mientras presentamos la educación práctica según Kant, intentamos demostrar la importancia que el proceso educativo tiene para la construcción del carácter moral de los seres humanos, según lo desarrolla la obra de Kant acerca de la Pedagogía y también cómo la educación se vincula a la moral kantiana. Proponemos así, a partir de una lectura de textos kantianos una manera que pasa por la educación para hacer posible sobrepasar la crisis actual de valores social aceptados.

PALABRAS LLAVE: Educación. Moral. Carácter.

INTRODUÇÃO

A questão ética tem-se apresentado como um dos principais temas de reflexão filosófica contemporaneamente; sua relevância justifica-se a partir de seu objeto de estudo: “o homem e o seu agir prático na sociedade”. O problema ético apresenta-se como um dos grandes desafios da sociedade contemporânea, na medida em que atualmente os valores morais estão mais ligados a subjetividade de cada um, do que às antigas legitimações de cunho normativo, tais como por exemplo: a moral religiosa, com a qual se almeja a absolutização de princípios e valores válidos para um todo.

Tal transformação, de acordo com Habermas, acontece, em grande parte, devido ao advento das tecnociências, pois, na medida em que o paradigma tecnológico invade as mais diferentes esferas da sociedade, as legitimações éticas, até então aceitas em nome do sagrado, começam a ser questionadas¹ (p. 46). A partir de então, sistemas éticos normativos com valores absolutos, cuja a legitimação se dá por meio do sagrado, como no caso da moral religiosa, perdem a cada dia mais espaço na sociedade.

De maneira que se impõe atualmente a reflexão filosófica, o desafio de apresentar uma fundamentação ética que possa pretender a universalização de seus valores, em um contexto em que valores morais, se tornam cada vez

* Teólogo e graduando em Filosofia. Bolsista em Iniciação Científica pela Universidade Estadual de Londrina.

** Professor de Filosofia do Programa de Mestrado em Educação e do Curso de Especialização em Bioética da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: lzanca@uel.br

mais relativos e particulares, e ainda sim conservar a autonomia do sujeito frente as questões da vida.

Diante do cenário descrito acima e dos desafios por ele impostos, torna-se relevante analisar, a partir da filosofia kantiana, qual seria a contribuição da educação para formação do caráter ético do ser humano, enquanto instrumento que busca conscientizar e orientar a humanidade a sentimentos cosmopolitas² (p. 114).

A presente pesquisa não tem como objetivo discutir métodos educacionais, mas a finalidade da prática educacional a partir de um recorte bem específico, a saber: *A importância da educação para a formação do caráter moral do ser humano em Kant*.

Não obstante, a presente pesquisa utiliza-se de várias obras, para que o objetivo por nós acima estabelecido seja alcançado. O presente texto está baseado essencialmente em duas das principais obras do filósofo de Königsberg, são elas: “Fundamentação da metafísica dos costumes” (1785) e “Sobre a pedagogia” (1803).

A partir da primeira, será apresentada a filosofia moral kantiana; a segunda servirá como base para exposição do tema “educação prática em Kant”. O presente trabalho de pesquisa estrutura-se da seguinte maneira: primeiro, abordaremos, ainda que de maneira geral, aspectos importantes da filosofia moral kantiana. Tal abordagem se faz necessária para que seja possível relacionar a moral kantiana com sua visão sobre a educação. Na sequência, abordaremos a concepção de educação prática em Kant. Por último, a conclusão consistirá na apresentação do motivo pelo qual para Kant a educação é importante para formação do caráter moral de um cidadão cosmopolita.

MORAL EM KANT

Ao se tratar de qualquer concepção filosófica em Kant, é importante destacar que, para ele, a filosofia consiste em um conhecimento racional a partir da exposição, ou melhor, do esclarecimento de conceitos anteriormente dados³ (p. 261). Portanto, em Kant, é apropriado falar sobre o “tratamento filosófico”, que dispensa aos mais variados temas ou objetos pré-filosóficos.

Consequentemente, tal posição também é válida no que diz respeito a moralidade. Isso fica evidente no prefácio da obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* (FMC), na qual o filósofo afirma existir “a evidência de uma ideia comum de dever e leis morais a todos os seres

racionais”³ (p. 198), ou seja, Kant afirma que a ideia de moralidade é algo que já existe no entendimento moral comum de todos os seres racionais.

Da proposição acima apresentada, decorrem três aspectos fundamentais para a presente pesquisa, a saber: primeiro, todo e qualquer tratamento filosófico que Kant destina à questão da moralidade não deve ser compreendido como uma “pregação filosófica”, cujo intuito é tornar as pessoas melhores, mas sim como um trabalho filosófico cujo objetivo é *esclarecer* algo que já existe em todo ser racional (noção de moralidade); o segundo aspecto consiste em que, para Kant, a ideia de moralidade deve ser tratada a partir de uma pretensão de *universalidade*, e por fim, que a moral em Kant é fundamentada totalmente *a priori* independente de toda experiência.

Toda gente tem de confessar que uma *lei que tenha de valer moralmente*, isto é, como fundamento duma obrigação, tem de ter em si uma necessidade absoluta; (...) O princípio da obrigação moral não se há de buscar aqui na natureza do homem ou nas circunstâncias do mundo em que o homem está posto, mas sim *a priori exclusivamente nos conceitos da razão pura*³ (p. 198).

Em Kant, a moralidade tem sua origem naquilo que é comum a todos os seres racionais, sejam eles perfeitos (Deus) ou imperfeitos (homens), a saber: na lei moral³ (p. 198). Enquanto que para os seres racionais perfeitos (SRP) a lei moral é a expressão de seu *ser*, como seria no caso de Deus, para seres racionais imperfeitos (SRI) essa mesma lei se expressa na noção de dever.

Parece possível afirmar, a partir do texto kantiano, que tal diferença acontece, pois, enquanto os SRP participam apenas do mundo inteligível (domínio da liberdade, e do mundo moral), os SRI participam tanto desse, como do mundo sensível (domínio da natureza e dos fenômenos).

Se eu fosse um mero membro do mundo inteligível, todas as minhas ações seriam perfeitamente conformes ao princípio da autonomia da vontade pura; mas como mera parte do mundo sensível, elas teriam de ser tomadas como totalmente conformes a lei natural dos apetites e inclinações, por conseguinte à heteronomia da natureza³ (p. 249).

Uma vez que os SRI participam tanto do mundo inteligível (moral) quanto do sensível (apetites e inclinações), para esses a lei moral se expressa enquanto imperativo a partir da noção de dever. Para Kant, ainda que nos reco-

nheçamos como pertencentes ao mundo sensível (afetados por inclinações), a razão reconhece-se submetida à lei do mundo inteligível, de forma que as ações morais devem acontecer a partir da noção de dever para com a lei moral³ (p. 249).

De acordo com Höffe⁴ (p. 193), o dever é a moralidade na forma de mandamento, de um imperativo, de forma que só faz sentido falar em dever para aqueles em que junto com a lei moral existam impulsos e desejos concorrentes, como no caso de seres racionais impuros.

A lei moral é estabelecida independentemente de tudo que é empírico, ou seja, é estabelecida a partir de sua forma, a universalidade. Para os homens (SRI), ela se expressa pelo imperativo categórico: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal”³ (p. 223). De maneira que, para os (SRI), o imperativo categórico é interpretado como o dever-ser em conformidade a uma lei universal.

E assim são possíveis os imperativos categóricos, porque a ideia de liberdade faz de mim um membro do mundo inteligível; pelo que se eu fosse só isto, todas as minhas ações seriam sempre conformes a autonomia da vontade; mas como ao mesmo tempo me vejo como membro do mundo sensível, essas *minhas ações devem ser conformes a esta autonomia*³ (p. 249).

Segundo Höffe⁴, o imperativo categórico, além da noção de dever, traz em sua formulação, no que consiste uma ação moral, a saber: em máximas universalizáveis. Ainda segundo Höffe, em Kant, as “máximas” são entendidas como “proposições fundamentais subjetivas do agir, que contém uma determinação universal da vontade (*a priori, e por isso universal*) de maneira que é por elas que se expressa o caráter de um homem”⁴ (p. 198-203).

Portanto, uma vez que as máximas de uma ação estão em conformidade com a noção de dever, estabelecidas pelo imperativo categórico, podendo ser universalizadas, a ação pode ser considerada como moral.

Entretanto, o fundamento último da filosofia moral kantiana encontra-se em seu princípio de autonomia, pois é na autolegislação, ou melhor, é possibilidade de agir moralmente e na capacidade de determinar-se a si mesmo que se encontra a moralidade em sua forma pura e universal⁴ (p. 216).

O professor Delamar resume a teoria Kantiana da seguinte maneira:

A teoria kantiana “baseia-se em duas teses: (1) que agir moralmente consiste em agir com bases em regras universalizáveis que qualquer outro ser racional possa adotar como suas; (2) que devemos agir com base em regras universalizáveis pela simples razão que somos racionais”⁸.

Portanto, para Kant a moralidade se fundamenta na autonomia da vontade e na capacidade de determinar-se segundo princípios (máximas) postos por si mesmo, livre de condicionamentos empíricos, de maneira puramente *a priori*. Sendo que tal representação de princípios deve estar em conformidade com a lei moral, que, por sua vez, se expressa pelo imperativo categórico (noção de dever), cujo critério para tal é a possibilidade de universalização de máximas.

Diante do atual contexto social, de relativização dos valores morais (crise de valores), em que é defendida a autonomia do sujeito diante dos desafios da vida, a compreensão filosófica kantiana acerca da moralidade torna-se relevante, pois, ao mesmo tempo em que apresenta uma lei moral válida universalmente em seu aspecto objetivo, também preserva a subjetividade livre do indivíduo, no acatamento da lei e na representação dessa a si mesmo.

A condição da possibilidade de agir moralmente, o princípio da subjetividade moral (personalidade), encontra-se na capacidade de determinar-se segundo princípios postos por si mesmo. O imperativo categórico nomeia o conceito de lei sob as quais a autonomia da vontade se encontra; a autonomia possibilita cumprir as exigências do imperativo categórico⁴ (p. 216).

EDUCAÇÃO PRÁTICA EM KANT

De acordo com Immanuel Kant, o homem é a única criatura que precisa ser educada, pois somente por meio dela o “homem” pode se desenvolver plenamente. Segundo Kant, o homem tornar-se-á aquilo que a educação fez dele. De acordo com a concepção kantiana, a formação do homem deve ser composta por dois aspectos indispensáveis: a disciplina (parte negativa) e a instrução (parte positiva)².

A primeira diz respeito à necessidade do homem ser disciplinado, ou seja, a educação enquanto parte negativa tem como finalidade ensinar o homem a domar seus instintos e impedir que a animalidade tome conta de seu

caráter. Enquanto que a parte positiva (instrução) tem como objetivo, por meio de conhecimentos, tornarem o homem disciplinado, culto, prudente e, além disso, moralizá-lo².

Em Kant, a educação ainda pode ser entendida a partir de duas perspectivas fundamentais: física, na qual se compreende a formação de hábitos de higiene, cuidados com a saúde e conservação do corpo; ou prática, aquela em que a preocupação fundamental é a formação do caráter, também denominada como educação moral.

A pedagogia, ou doutrina da educação, se divide em física e prática. A educação física é aquela que o homem tem em comum com os animais, ou seja, os cuidados com a vida corporal. A educação prática ou moral (chama-se prático tudo o que se refere a liberdade) é aquela que diz respeito à construção (cultural) do homem, para que possa viver como um ser livre² (p. 36).

Uma vez que o objetivo da presente pesquisa consiste em analisar a contribuição da educação para formação do caráter do ser humano, abordaremos de forma específica a educação prática em Kant. De início, é de suma importância ressaltar que, em Kant, a educação é um processo que, de geração em geração, vai gradativamente se aperfeiçoando. Isso porque de uma geração para outra é possível aproveitar a “evolução” alcançada pela anterior.

A educação é uma arte, cuja prática necessita ser aperfeiçoada por várias gerações. Cada geração, de posse dos conhecimentos das gerações precedentes, está sempre melhor aparelhada para exercer uma educação que desenvolva todas as disposições naturais na justa proporção e de conformidade com a finalidade daquelas, e, assim guie toda humana espécie a seu destino² (p. 19).

Outra característica fundamental a se destacar na filosofia kantiana é que toda e qualquer proposição que se reporte à questão moral, como no caso da educação prática, sempre terá pretensão de universalidade. Kant² (p. 114) afirma que a educação deve instruir o jovem, à humanidade no trato com os outros e *aos sentimentos cosmopolitas*. Sobre o cosmopolitismo em Kant, Howard Caygill afirma:

O cosmopolitismo é descrito como a meta do desenvolvimento (humano) da espécie humana. De acordo com a ideia regulativa cosmopolita, cada indivíduo

orienta suas ações para organização progressiva dos cidadãos da terra, dentro e em prol da espécie, como um sistema que está unido por vínculos cosmopolitas⁶.

Portanto, é possível afirmar que o projeto pedagógico kantiano, no que diz respeito à formação do caráter moral do ser humano, tem a pretensão de ser válido para toda e qualquer sociedade e contexto. Tal pretensão é possível, pois, em Kant, a moralidade se fundamenta totalmente *a priori* exclusivamente nos conceitos da razão pura³ (p. 198).

A educação é importante para a filosofia moral kantiana, porque, embora a lei moral seja dada *a priori* e em comum a todos os seres racionais, de acordo com Kant, a razão não atua espontaneamente, necessitando de exercícios e ensinamentos para progredir de um grau de inteligência ao outro, de modo que, de uma geração para outra, a partir das luzes da anterior, a espécie humana alcance um grau de desenvolvimento adequado por meio da razão⁵ (p. 11).

A educação deve auxiliar o homem a progressivamente alcançar o esclarecimento, nesse caso o moral. Em “Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita”, Kant afirma:

(...)através de um progressivo iluminar-se (*Aufklärung*), a fundação de um modo de pensar pode transformar com o tempo, as toscas disposições naturais para o discernimento moral em princípios práticos determinados e assim finalmente transformar um acordo extorquido patologicamente para uma sociedade em um todo moral⁵ (p. 13).

Também é importante destacar que a educação prática, para Kant, não tem por objetivo ensinar ao educando o que é a moral enquanto conteúdo objetivo, pois, para ele, há a evidência de uma ideia comum de dever e das leis morais em todos os seres racionais⁷ (p. 198).

Para Kant, a educação moral tem como principal função solidificar o caráter moral das crianças, ao instruí-las acerca da necessidade de se submeter aos deveres morais. Deveres tanto para consigo mesmas, como para as demais a partir de sentimentos cosmopolitas² (p. 95-6).

Para Kant, a ideia de “deveres para consigo mesmo” não consiste em agir em conformidade com os próprios desejos e inclinações, mas em agir de acordo com a lei moral, visando à autopreservação moral e a dignidade interior, de forma a preservar a dignidade humana na sua própria pessoa. No que se referem aos “deveres para com

os demais”, segundo Kant, significa reconhecer que o respeito e a atenção para com os direitos humanos é uma questão de dever e não de inclinação² (p. 94-7).

Tanto os deveres para consigo mesmo como para com os outros, ideia que Kant expõe em sua concepção de educação prática, estão ligados ao seu imperativo prático, que parte da natureza racional como um fim em si mesmo, e diz:

age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como um fim e nunca como meio³ (p. 229).

A educação prática (moral) deve ensinar as crianças que respeitar e ter atenção aos direitos e à dignidade humana consiste no cumprimento de um dever e não em algo meritório digno de louvor. Para Kant, “a educação deve impregnar a criança completamente pela ideia do dever, e não por sentimentos”².

Tal exigência é fundamental para formação do caráter moral, pois, em Kant, a ação só tem valor moral se a máxima (móbil) que a determina estiver submetida à noção de dever, ou seja, desde que se reconheça a necessidade de uma ação por respeito a lei moral³ (p. 208). Em “Sobre a Pedagogia”, Kant afirma que se deve considerar uma ação como valiosa (moralmente) não porque se adapta a minha inclinação, mas porque por meio dela eu cumprio o meu dever² (p. 114).

É possível afirmar que, em Kant, o dever consiste na necessidade de uma ação em respeito à lei moral. A ação moral deve eliminar, em sua instância decisória, todo e qualquer influência de inclinações (compaixão)³ (p. 208).

Portanto, segundo Kant, a educação deve ensinar a criança que, com os conceitos da própria razão, é possível reconhecer a necessidade absoluta de uma ação, em respeito à lei moral, e viver de acordo com leis representadas por si mesmo, de maneira a se tornar um indivíduo autônomo moralmente, ou seja, que age a partir de um caráter moral, independente do contexto sociocultural em que está inserido.

Em Kant, a educação é de fundamental importância para formação do caráter moral do ser humano, pois, embora Kant reconheça a existência de uma lei moral ilimitadamente boa e universal, o homem, segundo ele, não é nem mau nem bom por natureza, de maneira que, da educação dependerá o estabelecimento de bons princípios e o progressivo esclarecimento, de tal forma que leve o

homem a elevar-se por meio da razão até os conceitos de dever em respeito a lei moral² (p. 106).

CONCLUSÃO

Diante do atual contexto social, em que a valorização da subjetividade do indivíduo, a partir do advento tecnológico, o leva, cada vez mais, a agir de maneira independente e sem compromisso com a coletividade em que está inserido. Surge, com isso, o fenômeno socialmente conhecido como “crise de valores”.

Tal fenômeno conduz a sociedade a uma inevitável tendência de relativização e banalização dos valores morais, até então aceitos com o absoluto, de maneira que, cada vez mais, a sociedade perde parâmetros para diferenciar aquilo que é moral, do imoral.

Acredito que o grande desafio para os eticistas, atualmente, consiste em apresentar uma fundamentação ética relevante para a sociedade contemporânea, a partir da qual seja possível superar a atual crise de valores e, ainda, preservar e valorizar a racionalidade de cada indivíduo.

Portanto, entendemos que o tratamento filosófico que Kant dispensa à questão da moralidade é de extrema relevância enquanto proposta, para superação do problema, pois, embora a questão moral em Kant, seja sempre vista a partir de uma necessidade absoluta (objetiva), o fundamento último da moralidade é justamente a autonomia (subjetiva) do indivíduo frente às questões da vida, o que o torna moralmente imputável.

Ao se tratar da questão da moralidade em Kant, percebe-se a importância que o filósofo de Königsberg atribui à educação prática. A educação, em Kant, é concebida como uma das formas de realização de sua filosofia moral. Isso porque, não obstante a lei moral ser dada totalmente *a priori*, a educação tem a função de solidificar o caráter moral, preconizando a conscientização acerca da necessidade de se submeter por dever à lei moral.

Como já foi demonstrado acima, a educação prática é de suma importância para formação do caráter moral do ser humano, pois, de acordo com Kant, ainda que a lei moral seja dada totalmente *a priori*, a razão necessita de treinamento e ensinamentos para evoluir de um grau de inteligência para o outro, de maneira que toda a Humanidade possa desenvolver-se moralmente por meio da razão⁵ (p. 11).

Para Kant, a educação solidifica o caráter moral das pessoas no momento em que estabelece bons princípios, e proporciona um progressivo esclarecimento, de tal forma que leve o homem a elevar-se por meio da subjetividade até os conceitos de dever em respeito à lei moral² (p. 106).

Kant chama atenção no final de “Sobre pedagogia” para a necessidade de, por meio da educação, orientar os jovens aos sentimentos cosmopolitas² (p. 114), ou seja, de conscientizá-los acerca da existência de “deveres para consigo mesmo e para com os outros” e de que tal preceito

moral deve ser obedecido independente do contexto em que o indivíduo estiver inserido.

Dessa forma é possível concluir que, para Kant, a educação prática, a partir de uma perspectiva cosmopolita, seria indispensável à formação do caráter moral do ser humano, pois apenas a partir do processo educacional será possível estabelecer bons princípios, proporcionar esclarecimento e tornar cada indivíduo autônomo para que possamos alcançar a sociabilidade humana e a construção de uma cidadania universal.

REFERÊNCIAS

1. Habermas J. Técnica e Ciência como Ideologia. Lisboa: Edições 70; 1968.
2. Kant I. Sobre a Pedagogia. Trad Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep; 1996.
3. Kant I. Primeira Introdução à Crítica do Juízo. Trad Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural; 1974. [coleção Os Pensadores]
4. Höffe O. Immanuel Kant. Trad Christian Viktor Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
5. Kant I. Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. Trad Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense; 1986.
6. Caygill H. Dicionário Kant. Trad Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2000.
7. Kant I. Fundamentação da metafísica dos costumes. Trad Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1974. [coleção Os Pensadores]
8. Dutra DJV. O grande desafio da ética contemporânea: universalidade das regras e particularidade das ações. Disponível em: <http://www.Ufpel.tche.br/ich/depfil/filesdis/dissertatio2.pdf#page=79>. Acesso em: 7 Dez 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Dutra DV. Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana. Porto Alegre: Edipucrs; 2002.

Recebido em: 11 de agosto de 2009.
Versão atualizada em: 29 de setembro de 2009.
Aprovado em: 4 de novembro de 2009.